

Prospecto da Viabilidade Económico- Financeira dos Investimentos em Energias Renováveis

Visão do IGAPE, como Contributos
para a Discussão

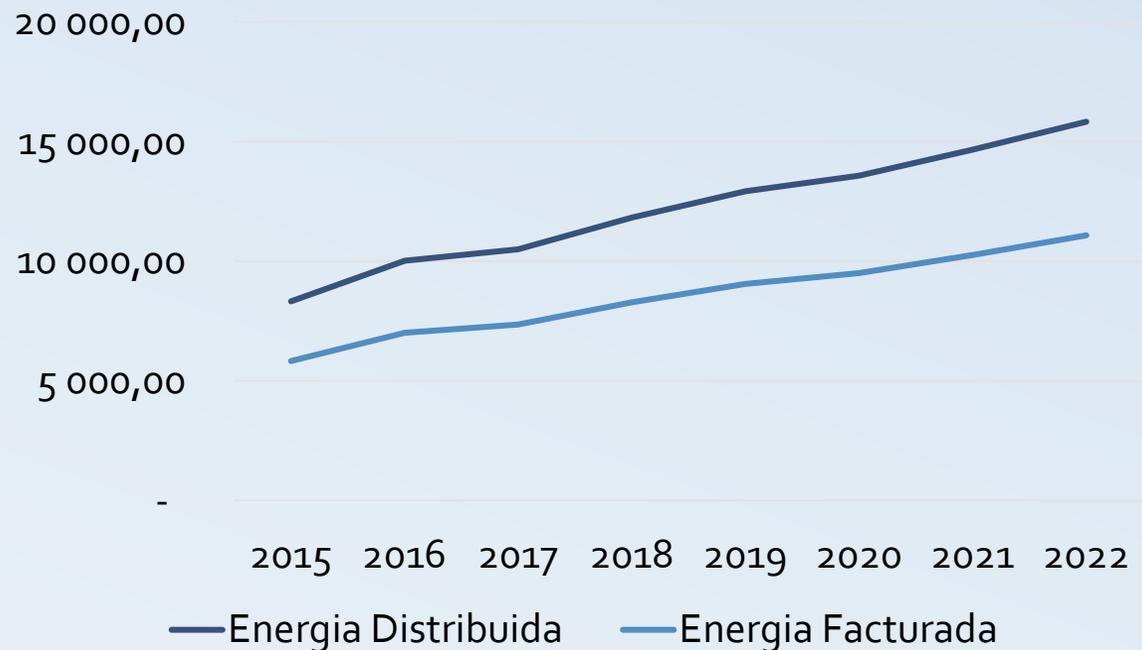
Por: Raimundo Santa Rosa,
Administrador Executivo do IGAPE



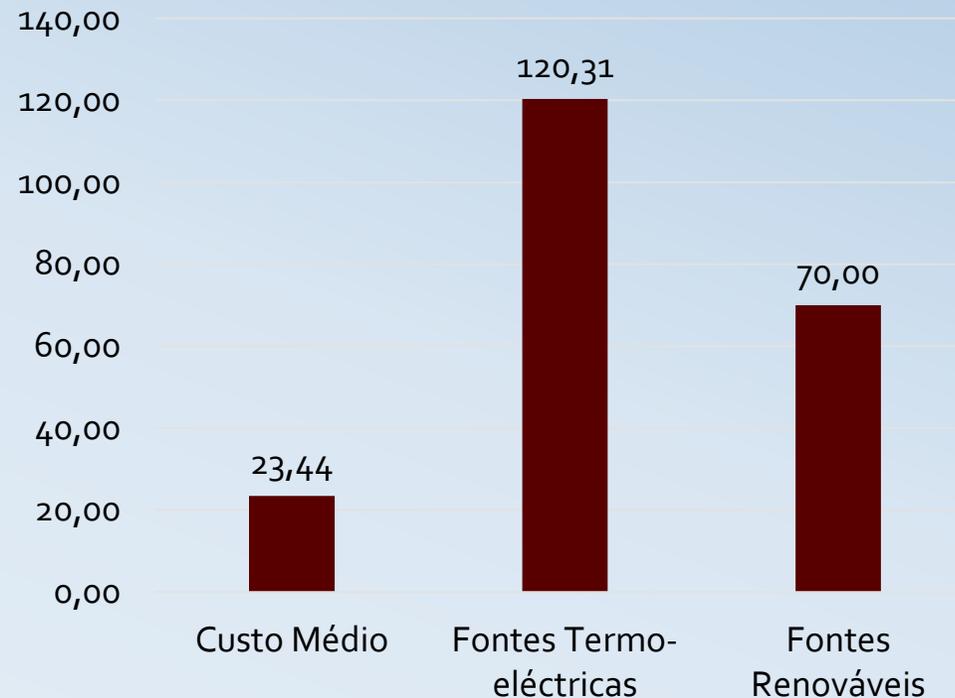
- Propulsores das energias renováveis em Angola: Desafios e oportunidades
- Feed-in Tariffs e a Viabilidade Económica e Financeira das Renováveis:
 - Prospecto tarifário e regime de preços;
 - Medidas para a Mitigação dos Principais Riscos:
 - Risco Cambial;
 - Risco do Default nos Pagamentos Pelo Comprador Único;
 - Visão Rápida das Acções em Curso.

Sumário

Estimativa da Distribuição e Facturação de Energia em GWh (2015-2022)



Estimativa do Custo Médio da Energia em Angola (USD/MWh)



Propulsores das energias renováveis em Angola: Desafios e oportunidades

- Regime de Preços aplicado à Energia do Sector Eléctrico Público: Fixado
- Relação entre o regime tarifário e a Garantia da Receita Requerida do SEP:
 - Até Julho de 2019 = Subsídios operacionais + cobrança dos consumidores + subsídios a preços
 - A partir de Julho de 2019 = Reduzidos Subsídios Operacionais + cobrança dos consumidores
 - No curto e médio prazo = cobrança dos consumidores:
 - Novo regulamento tarifário;
 - Aumento da eficiência na cadeia (produção, transporte, distribuição e comercialização);
 - Diversificação energética com maior peso nas renováveis.

Feed-in Tariffs e a Viabilidade Económica e Financeira das Renováveis:

Prospecto tarifário e regime de preços (1/2)

- Feed-in Tariffs para as renováveis:
 - Contratos de concessão de 20 anos renováveis;
 - Tarifas bonificadas negociáveis de acordo com o projecto;
 - Tarifas regressivas no médio e longo prazo pelos ganhos de eficiência;
 - Ambiente específico de atracção do investimento;
 - Garantias

Feed-in Tariffs e a Viabilidade Económica e Financeira das Renováveis:

Prospecto tarifário e regime de preços (2/2)

- **Risco Cambial:**

- Aprovação do Decreto Presidencial (DP) n.º 178/20, que altera o Decreto Presidencial 4/11, introduzindo a metodologia do cálculo das tarifas com base na Receita Requerida do Período, permitindo a sua actualização periódica nos vários segmentos da cadeia.
- Acomodação da indexação cambial (período t – mínimo trimestral), com base no DP n.º 178/20 ou por autorização expressa no despacho presidencial que aprova o projecto.
- DP 76/21, Regulamento Único

**Feed-in Tariffs e a Viabilidade Económica e Financeira das Renováveis:
Medidas para a Mitigação dos Principais Riscos (1/3)**

- **Mitigação do Risco do Default nos Pagamentos Pelo Comprador Único:**
 - Remoção da dependência dos subsídios a preços;
 - Actualização tarifária no consumidor final (DP 178/20);
 - Em estudo:
 - (1) Possibilidade introdução de uma **Escrow Account** a assumir pela RNT ou por uma entidade Governamental, assegurando um número mínimo de pagamentos (6 meses)
 - (2) **Emissão de uma Carta de Crédito** garantida por ferramenta de liquidez de uma Instituição de cariz Financeiro Internacional como a AFD ou outras.

**Feed-in Tariffs e a Viabilidade Económica e Financeira das Renováveis:
Medidas para a Mitigação dos Principais Riscos (2/3)**

- **Visão Rápida das Acções em Curso:**

- Estimativa do risco de Default para determinar com maior precisão a opção 1 acima;
- Realização e participação em mesas redonda, encontros de discussão e conversas, como esta, sobre o assunto para recolher contributos.
- Preparação do quadro de investimentos em energias renováveis (versão preliminar já aprovada pelo Executivo)

**Feed-in Tariffs e a Viabilidade Económica e Financeira das Renováveis:
Medidas para a Mitigação dos Principais Riscos (3/3)**

Muito Obrigado